

Limites para um orçamento mais realista

24 MAI 1985

GAZETA MERCANTIL

por Cláudia Safatle
de Brasília

O Conselho Monetário Nacional (CMN) examinará, na reunião do dia 5 próximo, o primeiro orçamento monetário elaborado pela Nova República, que prevê uma expansão de 150% para a base monetária ao término deste ano, sendo que os créditos à exportação (a título de equalização da taxa de juros) demandarão um aumento de mais de 300% sobre os gastos do ano passado, e o setor agrícola será pautado por uma oferta de crédito superior à taxa de inflação, estimada em 200%, ou seja, algo em torno de 220%, principalmente para financiar as operações de custeio da primeira safra da nova gestão.

A montagem da política financeira e creditícia do governo do presidente José Sarney é, segundo técnicos do Ministério da Fazenda, compatível com uma taxa de inflação na casa de 200% e permitirá uma política econômica sem crises de liquidez.

Antes da reunião do

CMN, porém, este assunto será amplamente discutido com a missão do Fundo Monetário Internacional (FMI) que começa sua visita no próximo dia 27 a Brasília.

Não será fácil convencer o Fundo a montar uma carta de intenção com cifras tão liberais (em vista da ortodoxia monetária da instituição), mas os técnicos do governo argumentam que o FMI não insistirá em metas irrealistas, pois já teria aprendido que "quem impõe metas inexecutáveis exime de responsabilidade o seu executor".

Existem, porém, sérias dúvidas entre os próprios responsáveis pela armação orçamentária de que 150% seja um número "realista". Há uma ala que teme pela repetição de erros passados, na relação com o FMI, pois entendem que a atuação do governo nos componentes da base monetária está quase impraticável. Os depósitos a vista no Banco do Brasil já atingiram um limite mínimo e, nos demais bancos, idem, provocando um patamar de recolhimento de depósitos compulsórios que se deve manter estável.

exportação, economizando alguns bilhões com o custo da gravosidade.

Com isso, os mais de Cr\$ 5 trilhões estimados pelo ministro da Fazenda, Francisco Dornelles, com os financiamentos da conta açúcar, no pronunciamento que fez na Câmara dos Deputados, poderão ser baixados para cerca de Cr\$ 4,2 trilhões.

Já se tem como certo que a colocação líquida de títulos públicos superará em muito a cifra de Cr\$ 10 trilhões, também mencionada por Dornelles. Os técnicos que estão participando da elaboração do orçamento monetário estimam que o setor externo demandará aproximadamente Cr\$ 35 trilhões neste ano de fluxo de recursos, para as operações de Finex, contas cambiais, encargos com depósitos em moeda estrangeira (previstos em Cr\$ 8,7 trilhões) e encargos de projetos de refinanciamento da dívida externa (estimados em Cr\$ 14,4 trilhões), além do aviso GB-588.

Ou seja, a meta de expansão de 150% para a base monetária não

Limites para um orçamento mais...

por Cláudia Safatle
de Brasília
(Continuação da 1ª página)

é suficiente para financiar as operações com o setor externo. Como, além dessas, existem outras enormes despesas (apenas com juros da dívida pública o governo estima gastar Cr\$ 15,9 trilhões), a colocação líquida de títulos públicos terá de superar a faixa de Cr\$ 30 trilhões.

As dificuldades de montar o orçamento monetário tendo de administrar um déficit superior a Cr\$ 80 trilhões apenas com essa peça orçamentária fundamentam as apreensões dos técnicos oficiais, que suspeitam da viabilidade de contenção da base em apenas 150%.

Alguns ajustes estatísticos, entretanto, funciona-

rão a favor das estatísticas oficiais. E, neste aspecto, a resolução do Banco Central, que permitiu a utilização, por parte dos bancos, de até 40% do depósito compulsório para alívio imediato de problemas de caixa, embora tenham de manter a média ao longo do mês, traz uma boa ajuda para a redução da base monetária de fim de mês, na medida em que a cada último dia útil do mês os bancos saquem o teto permitido.

Por outro lado, as autoridades monetárias voltaram a incluir os depósitos a vista no Banco do Brasil na contabilidade da base. A exclusão desse item foi decidida pela gestão anterior e tinha consistência com a reforma bancária que era preconizada então e não saiu.

Ou seja, a base monetária, como expressão da oferta de moeda na economia, está fundamentada num comportamento inercial e o único instrumento disponível, a dívida pública, está sendo suficiente apenas para retirar do mercado a "gordura" que o próprio governo cria, com suas vastas operações ativas. Não será um teste fácil, portanto, para a Nova República, no comprometimento que assumiu de cumprir as metas que assinar com o FMI.

Para contornar a estreiteza de possibilidades de financiamento das despesas do governo embutidas no orçamento monetário, como a conta trigo ou a conta açúcar, em face da limitação da base em Cr\$ 22,5 trilhões neste ano, o Ministério da Fazenda discute alternativas que acompanharão a peça orçamentária à reunião do CMN. Uma delas, já bastante avançada, trata de economizar financiamentos ao setor de açúcar.

Hoje a taxa média de equalização entre os custos de produção das regiões Centro-Sul e Nordeste é de 25%. A intenção do governo é, já no plano de safra para o setor, reduzir essa taxa média para 21% e diminuir a produção de açúcar para